AS TESSITURAS PARA EDUCAR EM PRISÕES

Newdith Mendonça Dias [1]
Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5601-9286
Endereço eletrônico: diasnewdith@gmail.com

Maria das Graças Reis Barreto [2]
Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9161-3341
Endereço eletrônico: mariagrbarreto@hotmail.com

Judiney Dias Abbondanza [3]
Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-2595-8502
Endereço eletrônico: judiney.dias@hotmail.com

Palavras-chave: educação em prisões; educação de jovens e adultos; docência em prisões.

INTRODUÇÃO

O presente texto traz reflexões de pesquisas concluídas sobre Educação em Prisões, desenvolvidas no Programa de Pós-graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação da UNEB - Mestrado Profissional. As pesquisas discutem a realidade da Educação em Prisões na especificidade da Educação de Jovens e Adultos e de seus sujeitos, apontando os desafios que surgem para garantir a efetividade do trabalho pedagógico em diferentes Unidades Prisionais (U.P.) que estão diariamente em um movimento próprio, devido à alta rotatividade existente.

Destacamos, dentro desse contexto, a invisibilidade dos profissionais de educação que precisam organizar dentro dessa dinâmica suas práticas educativas na perspectiva de efetivação do direito à educação. Entende-se que educar nesse espaço de transitoriedade requer outras formas de organização do trabalho pedagógico de maneira que possam garantir

[1] SEC – Salvador – BA- Brasil. Professora da Educação Básica. Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB. *Campus* I/Salvador-BA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GEFEP UNEB/CNPq.

[2] SEC – Salvador – BA- Brasil. Professora da Educação Básica. Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB. *Campus* I/Salvador-BA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GEFEP UNEB/CNPq.

[3] SEC – Salvador – BA- Brasil. Professora da Educação Básica. Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB. *Campus* I/Salvador-BA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GEFEP UNEB/CNPq.

a escolarização dos estudantes privados de liberdade com qualidade, conforme preconizam os dispositivos legais, em destaque, a Resolução CNE 02/2010.

A EJA é uma modalidade que garante aos jovens, adultos e idosos direito à educação como formação na especificidade de seu tempo humano, reconhecida como direito público subjetivo. Possui proposta pedagógica flexível, com finalidades e funções específicas, levando em consideração os conhecimentos das experiências de vida dos jovens e adultos, relacionadas às vivências cotidianas individuais e coletivas. As ações de educação são executadas de forma indefinida, sem considerar as especificidades dos alunos e seus regimes de atendimento na Unidade Prisional que se encontram (provisório, sentenciado, medida de segurança, semiaberto e aberto).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, o processo de investigação utilizado nas pesquisas reflete uma espécie de diálogo entre pesquisador e o sujeito. Para Turato (2005, apud Jardim e Pereira, 2009, p.3), "As pesquisas que utilizam o método qualitativo, devem trabalhar com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões". As pesquisas analisam os dispositivos legais e da literatura sobre educação em prisões. Estes documentos constituíram a base de argumentação para trazer proposições para a reformulação do Projeto Político Pedagógico, organização de um currículo que atenda a educação nesses espaços dentro das suas especificidades, do ensino na perspectiva do desenvolvimento e autonomia, contribuindo para a construção de sujeitos capazes de refletir sobre si e sobre o mundo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos justificar a educação em prisões, enquanto possibilidade de desenvolvimento integral, para quem falharam todas as instâncias anteriores de socialização como a família, religião, comunidade, escola, trabalho e as políticas públicas. "Os esforços constantes na busca de estratégias de controle da prisão, espaços e movimentos, fazem com que as práticas pedagógicas sejam modificadas e adequadas ao espaço e tempo de acordo a rotina, horário e normas de cada Unidade Prisional." (Dias, 2021, p.51)

A educação no espaço da prisão tem que estar em constante movimento, construção/desconstrução para acompanhar toda a dinâmica do ambiente e atender a esses

outros sujeitos que vieram de um processo de escolarização descontínua, que a educação escolar não conseguiu acompanhar.

Para Dias (2021. p.88),

> Sob esse olhar, tornam-se imprescindíveis propostas pedagógicas e currículos que atendam às especificidades, diferenças culturais e étnicas de cada grupo. Uma educação que minimize as desigualdades e possibilite às pessoas privadas de liberdade, participarem de um processo educativo que atenda a trajetória de vida delas e transporte-as para fora do muro da prisão. São vários os interesses dos alunos que podem compor os trabalhos nos espaços de privação de liberdade. Faz-se necessário que sejam evidenciadas proposições que favoreçam a participação desses sujeitos nas atividades escolares.

Neste sentido, é imprescindível que o professor possa mediar esse processo do conhecimento,

> Exercer à docência em prisões, é compreender como os estudantes em situação de privação de liberdade se comportam em um sistema que poderá deteriorar seus pensamentos, suas ideias, seus sonhos, sua identidade. Esse ser, que deve mover-se nesse espaço, capaz de garantir a sua particularidade, mas também capaz de partilhar esses sentidos junto à coletividade. (Barreto, 2017, p. 69).

Ser professor na prisão é correr riscos e descobrir estratégias para outras práticas pedagógicas que vão fomentar as diversas vertentes da aprendizagem da educação formal. Sobre o docente e sua prática no espaço da prisão, Almeida (2014, p. 139) diz que,

> As professoras se sentem aprisionadas visto que as prisões, com suas normas burocráticas, gerenciam e controlam aqueles que dela fazem parte: intimidam alguns sujeitos, empodera outros e, ao mesmo tempo, impulsiona o rompimento de determinadas barreiras que vão de encontro ao desenvolvimento de uma prática pedagógica que se vislumbra e se transforma.

Isto posto, as experiências dos professores que trabalham em prisões e sentindo-se aprisionados deslocam as suas práticas para essa realidade, e reconhecem que esse espaço não é único e sim envolvido por outras culturas que se aproximam, se ajustam e se diluem constantemente.

Não existe regulamentação de uma seleção específica para atender a esse público, bem como para os gestores dessas escolas que não passam pelo processo de eleição como as escolas extramuros, esses são designados para as Unidades Escolares específicas, de vinculação ou anexos. No estado da Bahia, temos,

> No tocante a gestão da educação nas escolas situadas na prisão e/ou que atendem aos privados de liberdade, uma das preocupações apresentadas nos relatos perpassa pela escolha desse profissional que atende a critérios de nomeação e não por qualificação específica para atender essa especificidade. Consideram-se, aqui, escolas conveniadas sediadas em Unidades Prisionais em que a escolha do Gestor se dá por indicação das Secretarias de Estado, conforme Artigo 23 do Decreto nº 11.218 de 18 de setembro de 2008. (Dias, 2021, p.40)

Em suma, apesar dos dispositivos legais trazerem a questão de formação do professor, assim como o PEEP, Decreto 7626/2011, existe a necessidade de fomentar políticas públicas de formação para poder atender à especificidade para educar e fazer a gestão dos processos pedagógicos em prisões.

CONCLUSÕES

As reflexões apresentadas neste texto a partir das pesquisas realizadas, evidenciam que a Educação em Prisões constitui um campo complexo, marcado por desafios estruturais, pedagógicos e institucionais que exigem políticas públicas específicas e ações articuladas entre os diferentes órgãos responsáveis pela garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade. Embora os avanços normativos tenham ampliado o reconhecimento da educação como direito fundamental dessa população, persistem obstáculos relacionados à dinâmica das unidades prisionais, à alta rotatividade dos estudantes, às questões de segurança e à ausência de propostas pedagógicas plenamente adequadas às especificidades desse contexto.

As pesquisas retratam a importância do papel do professor que vai além da mediação dos conceitos, para além do currículo prescrito, promovendo o diálogo, a escuta e a problematização das experiências vividas, fortalecendo assim a autonomia do estudante na construção de novos sentidos para sua trajetória de vida

Por fim, as tessituras para educar em prisões através das pesquisas apresentadas, desvelam as lacunas do processo da escolarização que, implicam reconhecer suas singularidades, valorizar os sujeitos que nele atuam e investir em políticas educacionais que promovam qualidade, equidade e inclusão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. V. A**. A Professora nos Entremuros do Cárcere**. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado da Bahia Departamento de Educação, Salvador, 2014, 234 f.

BARRETO, Maria das Graças Reis. **Projeto Político Pedagógico para Educação em Prisões**: outras estratégias para outro sujeito de direito. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2 de 19 de maio de 2010.** Diretrizes Curriculares para oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-ceb-. Acesso em: 12/06/ 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011**. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Brasília, 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm> Acesso em: 12 de junho de 2026.

DIAS, Newdith Mendonça. **Gestão de processos educacionais no sistema prisional**: possibilidades de organização curricular para o atendimento pedagógico ao aluno do regime provisório. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

JARDIM, Anna Carolina Salgado; PEREIRA, Viviane Santos. **Metodologia Qualitativa**: é possível adequar as técnicas de coleta de dados aos contextos vividos em campo? Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 20 de maio de 2026. Disponível em: http://sober.org.br/palestra/13/392.pdf Acesso em 10 de junho de 2026.